
Discurso e empoderamento: as Mulheres do MAB-RO por uma nova construção social¹

Larissa Zuim²

União das Escolas Superiores de Rondônia (Uniron), Porto Velho, RO

Resumo

Os discursos que regem a sociedade são em muitos aspectos um recurso de manipulação e controle de grupos da sociedade. Para as mulheres, é uma questão ainda mais delicada já que são influenciadas por diversos desses discursos; isso não quer dizer que elas também não os produzam. Este artigo traz alguns apontamentos sobre os discursos produzidos e influenciados pelas Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e como elas conduzem os aspectos de suas vidas dentro da luta por ‘Água e Energia não são mercadoria’.

Palavras-chave: MAB Mulheres; empoderamento; geografia feminista; representatividade; discurso semiótico.

Introdução

As mulheres atingidas por barragens, comumente conhecidas como Mulheres do MAB, são trabalhadoras do campo e da cidade, que representam dezesseis estados brasileiros e quatro países da América Latina: Brasil, Argentina, Paraguai e México. O principal objetivo do grupo é lutar em defesa dos direitos das mulheres e pela construção de um projeto energético popular (MAB Amazônia).³

Nessa direção, o movimento denuncia os impactos sociais e ambientais ocasionados pelo modelo energético implantado na América Latina, e principalmente, no momento atual na Amazônia com os grandes empreendimentos hidrelétricos. Além disso, uma das características dessa organização feminina é tratar do empoderamento dentro de suas comunidades. Comunidades essas, que sofrem com a perda de suas terras por causa do agrohidronegócio, terras improdutivas por causa de desmatamento, poluição, envenenamento do solo, perda da sua identidade cultural, dificuldade em encontrar escolas e creches para os filhos, exploração sexual e desemprego.

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de maio de 2018.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (Unir) sob a supervisão da professora doutora Maria das Graças Silva Nascimento Silva; mestre pelo Programa de Comunicação e Semiótica da Pontifícia Católica de São Paulo (PUCSP); jornalista e licenciada em Letras/Literatura. E-mail: larizuim@gmail.com.

³ Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/amazonia>. Acesso em 19 dez 2016.

As mulheres discutem os direitos que são perdidos com o modelo de construção das hidrelétricas e a necessidade de rever esse modelo em vista do projeto energético popular, contribuindo para uma discussão ambiental que “conforme argumentaram Nesmith e Radcliffe (1993), o feminismo ambiental articula filosofias, políticas e identidades específicas, que podem contribuir para o desenvolvimento de uma nova geografia crítica do desenvolvimento”. (SILVA, ORNAT, JR. (org.), 2016, p. 103). Sendo assim, o movimento se estrutura de maneira a reivindicar os direitos das(os) trabalhadoras(os) atingidos por barragens e pelas grandes obras de infraestrutura que têm se instalado no Brasil e nos demais países representados pelo MAB.

No entanto, se volta, sobretudo, à denúncia da violação dos direitos humanos das populações atingidas pelas construções, afetando a vida das mulheres, porque além da falta do reconhecimento do trabalho feminino, há a ausência das mulheres nos espaços deliberativos por causa da forma autoritária e truculenta com que elas são tratadas pelas empreiteiras durante as negociações de reassentamento, dentre outros agravamentos.

Um dos canais de denúncia utilizado são as arpilleras. As arpilleras são construções em tecido na qual são bordadas histórias da comunidade afetada. As mulheres do MAB desenvolvem esses trabalhos dentro das áreas afetadas com crianças e mulheres de todas as idades. Em 2016 foi lançado o documentário *As arpilleras* que conta como essa *arte/manifesto* tem se expandido e mostrado ao mundo um pouco da realidade de luta dessas mulheres.

(Sobre)Vivendo

A retirada do homem do seu lugar natural de vivência e sobrevivência, para o atendimento de grandes empreendimentos, há tempos vem gerando desigualdades sociais no Brasil. Devido a essas situações de deslocamento, vários movimentos, principalmente a partir dos anos 70, surgiram em prol da defesa da terra, do trabalho digno, da defesa dos direitos humanos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST; Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB), entre outros. Acompanhando essa trajetória de organização e de luta, tão importante quanto a posse da terra e da moradia, seja no campo ou na cidade, temos a defesa pela água e pelo meio ambiente equilibrado em defesa da vida.

Em 1989, a partir de experiências de lutas locais, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens⁴, que contou com a participação de representantes de várias regiões do país. Foi nessa época que se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o território brasileiro e se decidiu constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

Isso significa que há tempos, a organização dos atingidos por barragens vem se colocando em pauta, que se intensificou na compreensão de que o problema central está no modelo energético empreendido no Brasil. A partir dessa compreensão a ordem passou a ser “Terra Sim, Barragem Não!”. “A luta pelo direito a ter terra, casa, vida digna continuou com a compreensão de que era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens”.⁵

Nessa seara, visando à defesa da água como bem coletivo, o MAB coloca em pauta a discussão sobre os empreendimentos que vinham se instalando no país e utilizando as águas dos rios brasileiros para a produção de energia elétrica. Dos debates surgidos nos encontros dos movimentos sociais favoráveis à causa emergiu o tema: “Água e energia não são mercadoria!”.

Com viés histórico-dialético-marxista, na construção, discussão e defesa do Projeto Energético Popular, o MAB e demais movimentos sociais, como a Federação Única dos Petroleiros, a Aliança Operária e Camponesa, há tempos vêm trazendo proposituras à concretização desse projeto, mesmo desafiados pelos grandes empreendimentos energéticos do país. Segundo Antônio Moraes, da Federação Única dos Petroleiros, o que está sendo proposto no Projeto Energético Popular é uma desconstrução do modelo energético instituído no Brasil.

Entretanto, uma discussão existente, mas ainda necessitada de força dentro do movimento é o combate à mercantilização do corpo e da vida das mulheres atingidas nos canteiros das obras de construção das barragens. A própria crítica marxista entende que a experiência do trabalho não é homogênea. Os discursos de igualdade salarial não cabem em um contexto em que mulheres são sexualizadas no ambiente de trabalho e suas filhas se prostituem para complementar a renda e os parceiros as abandonam.

⁴ Idem.

⁵ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. *Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional*. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>. Acesso em 20 jan 2017.

Outro importante eixo crítico foi a ideia de que não há possibilidade de haver um sujeito universal da história, o proletariado, baseado unicamente nos domínios da esfera produtiva, tendo em vista que o ser humano corporificado não é uma mera energia no processo de produção de mercadorias, mas o corpo é, em si, lugar de exploração perpassado por discursos que ultrapassam a função de produção de mercadorias. Aliada à ideia crítica do sujeito universal, há a negação do conhecimento enquanto uma ‘metanarrativa’ para explicar a realidade humana e a impossibilidade de haver um único desenvolvimento histórico coerente que obedece a determinada ordem de organização. Outro eixo de críticas está relacionado às diversas formas de políticas identitárias, derivadas de movimentos e direitos civis e políticos que reivindicavam a reparação de injustiças históricas impostas às pessoas a partir de suas identidades raciais, de gênero, sexuais, étnicas e físicas, entre outras, desconsideradas pela análise marxista como importantes elementos de hierarquias econômicas e sociais. (SILVA, ORNAT, JR. (org.), 2016, p. 22-23)

Logo, é nesse espaço de trabalho que as mulheres do MAB resistem, querem se tornar presentes e visíveis, querem-ser-vistas; não nas clausuras do modelo de sociedade imperialista e patriarcal como sempre lhe foram impostas, mas nas dobras do tempo e do espaço onde, como protagonistas, acompanham o movimento do mundo do qual fazem parte, com suas multiplicidades de sentidos.

De acordo com Doreen Massey:

Compreendermos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual, distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade⁶

Nesse sentido o espaço deliberativo que as mulheres do MAB reivindicam no documento: “Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB”, emitido em 07 de abril de 2011 pode ser outro mapa importante, por exemplo, para entender esse espaço como esfera da possibilidade da existência feminina no movimento e seu lugar no mundo como querem conquistar. Na Carta elas denunciam, com base no modelo de sociedade e no atual modelo energético, a violação dos seus direitos e como as violações afetam a vida das mulheres.

Não há o reconhecimento do trabalho doméstico e do campo;
Pela perda do trabalho e da renda;
Pela ausência das mulheres nos espaços deliberativos;
Pela não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano;

⁶ MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2009, p. 29.

A forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres;
Ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas;
Perda dos vínculos com a comunidade;
Perda e quebra dos laços familiares;
Agravamento da violência sexual e da prostituição.⁷

Ao exigirem o reconhecimento e a participação nesse espaço de empoderamento – de deliberações das mulheres, pressupostamente, elas encontram a valorização, e enquanto lugar do discurso, da voz, da comunicação da mulher, permite nele construir e reconstruir significados na cartografia vivida. Sobre esse reconhecimento e exigência em poder participar dos processos políticos e decisórios no espaço deliberativo, as mulheres do MAB, aqui as de Rondônia, querem adquirir competência para poder-fazer e desconstruir os discursos de opressão que sempre sofreram interna e externamente devido ao modelo patriarcal, machista e segregador. Elas dizem:

Outro reflexo da opressão é a ausência das mulheres nos espaços deliberativos. A voz sufocada das mulheres no espaço público (ou político) é uma consequência de sua circunscrição à esfera privada. Os homens, seus maridos, irmãos e pais, oferecem resistência à sua participação nas reuniões sobre a implantação da barragem, pois não reconhecem na opinião delas força política.⁸

Góes, Schaefer e Gemaque mencionam que dentre as situações de conflito nas relações entre homens e mulheres caracterizam a diferença social dentro da sociedade. Para as autoras,

A diferença social do que é ser homem ou mulher é um papel determinado pela sociedade, que historicamente é reforçado pelos laços fortes que o patriarcado ainda exerce, ainda que mudanças e rupturas esteja ocorrendo na atualidade, o sexo masculino continua privilegiado, principalmente quando se trata de questões referentes ao meio rural, em que o direito maior cabe ao homem, por ser considerado o “chefe da família”.⁹

Pensamento que coloca em questão as diferenças de gênero enfrentadas na sociedade patriarcal.

⁷ MAB. Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB. Publicado em sex, 08/04/2011 – 10h46min. Texto lido durante ato de encerramento do 1º encontro das mulheres atingidas por barragens, no parque da cidade, em Brasília. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>. Acesso em 15 jan 2017.

⁸ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. O modelo energético brasileiro e a violação dos direitos das mulheres. 1. Energia para quem e para quem?. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/mulheres-atingidas>. Acesso em 28 jan 2017.

⁹ GÓES, Kelyany; SCHAEFER, Ana Paula e GEMAQUE, Raimunda. Geografia e gênero: políticas públicas para as mulheres rurais no assentamento Joana d’Arc III – Porto Velho/RO. DOI: 10.5212/Terra Plural, v. 9, n. Especial, 2015.

Empoderamento

É impossível abordar sobre as mulheres do Movimentos dos Atingidos por Barragens sem tratar sobre o empoderamento. O termo empoderamento foi cunhado para tentar definir formas de poder adquiridas por grupos minoritários, com pouco poder, ou emergentes e cuja definição tem diversas vertentes. Tomamos análises de León¹⁰

É preciso abarcar o empoderamento a partir de duas dimensões: uma coletiva e outra individual. O empoderamento implica, pois, no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público e também em contextos mais específicos, ou individuais.¹¹

Para Maria das Graças Nascimento Silva e Silva empoderamento significa:

A noção de empoderamento refere-se à mudanças ou pelo menos melhoria das condições sociais de existência de mulheres com poucos recursos sociais e políticos. [...] Mas para que isso aconteça é necessária toda uma eficiência na gestão de políticas públicas que cheguem até essas mulheres.¹²

De acordo com o documento da ONU-Mulheres:

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável.

Os sete princípios de empoderamento das mulheres, conforme documento da ONU-Mulheres¹³ são:

¹⁰ León, M. *El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género*. La ventana, (13), 94-106, 2001. Disponível em: <http://publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventana/Ventana13/vetana13-4.pdf>. Acesso em 10 jan 2017.

¹¹ Organização das Nações Unidas – ONU. *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>. Acesso em 15 jan 2017.

¹² GÓES, Kelyany; SCHAEFER, Ana Paula e GEMAQUE, Raimunda. Geografia e gênero: políticas públicas para as mulheres rurais no assentamento Joana d'Arc III – Porto Velho/RO. DOI: 10.5212/Terra Plural, v. 9, n. Especial, 2015, p. 26)

¹³ Em julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU criou a ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Ao fazê-lo, os Estados-Membros da ONU deram um passo histórico para acelerar a implementação das metas da Organização sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. A criação da ONU Mulheres surgiu como parte da agenda de reforma das Nações Unidas, reunindo recursos e mandatos para gerar mais impacto. A instituição agrega e constrói sobre o importante trabalho de quatro setores prévios distintos do Sistema das Nações Unidas, que se centravam exclusivamente na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres: Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW). Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW). Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI). Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Principais Funções: Apoiar os organismos intergovernamentais como a Comissão sobre o Status da Mulher na formulação de políticas, padrões e normas globais, e ajudar os Estados-membros a implementar estas normas, fornecendo apoio técnico e financeiro adequado para os países que o solicitem, bem como estabelecendo parcerias eficazes com a sociedade civil. Ajudar o Sistema ONU a ser responsável pelos seus próprios compromissos sobre igualdade de

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.¹⁴

Mas o que dá o empoderamento ou “dá o poder” às mulheres do MAB-RO? A partir da cartografia diária das mulheres do MAB com suas oficinas, arpilleras, assembleias, mostrando assim, como elas veem, sistematizam, refletem, constituem o espaço deliberativo que lhe é próprio como instância de poder, buscando também compreender como se dão as relações nesse espaço com os demais sujeitos do seu mundo vivido, como os homens do movimento, os membros da comunidade onde vivem, são algumas dessas formas de empoderamento.

Assim, as mulheres do MAB se apresentam como possibilidade analítica para entendermos as relações de poder estabelecidas a partir das práticas e do modelo político sentenciado no âmbito do estado de Rondônia, no que trata a produção energética. Com o discurso “Água e energia não são mercadorias!” têm-se os temas: público e privado; coletivo e particular; vida e morte; interior e exterior; que embora permitam serem analisados cada qual com suas especificidades, do particular ao geral, não é possível nesse contexto desconsiderar que tais relações não envolvam gênero, que segundo Silva é:

um conceito que identifica o tipo de relação social que se estabelece entre homens e mulheres, determinada pela cultura em que vivemos. As relações de gênero são socialmente construídas e, como tal, especificadas de cada formação social que, por sua vez, sofre alterações econômicas e culturais.¹⁵

gênero, incluindo o acompanhamento regular do progresso do Sistema. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em 10 jan 2017.

¹⁴ ONU. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em 10 jan 2017.

¹⁵ NEMGE/USP. Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência – Guia Prático para Educadores e Educadoras. São Paulo: NEMGE/CNPQ, 2ª edição, revista e ampliada. TecArt Editora, 2006.

Logo, entendendo tais relações de poder presentes aí, observam-se as rupturas e descontinuidades nos modos de vida dos atingidos, à medida que tais empreendimentos ao se deslocarem de lugares, tal como redes, aqui e agora em terras rondônicas, em seguida ali no Pará, logo após e acolá no Amazonas, ou alhures, reproduzem ações/reações, revelando, conseqüentemente, quem é o dominador e o dominado.

Nos dizeres de Castell:

A forma de organização em redes é o que caracteriza a nova base material das atividades, em toda a estrutura social na era da informação. São sistemas abertos, plásticos, compostos por um conjunto de nós interconectados que reorganizam as relações de poder. As redes, contudo, não são homogêneas e é variável o papel dos atores na sua regulação e funcionamento. Tampouco a rede é dissociada do Lugar que recepciona instalações de redes elas próprias distintas, rejeitando uma noção que relaciona as redes à desterritorialização.¹⁶

Por isso é necessário resistir, e os movimentos sociais através da Via Campesina, MST e MAB, as mulheres no interior dos seus movimentos iniciaram uma agenda de ações contra o descaso social, as invasões do poder público e dos consórcios de energia e a favor da vida. A particularidade expressa, não está somente na agenda unificada, mas nos sujeitos que estão tornando essas ações e lutas possíveis – as mulheres dos diversos segmentos sociais (movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Igreja, etc.) e de diversas regiões/municípios do Brasil.

Apreender o processo e os modos de vida e/ou do agir das mulheres no espaço de discussão em defesa da “Água e energia não mercadorias!”, seja mediante a preservação de suas memórias inscritas nas colchas que bordam e narram as próprias histórias (Arpilleras), dos modos de falar, dos gestos, nas escrituras das Cartas, seja fazendo uso de outros recursos, implica não apenas refletir sobre a identidade dessas mulheres, mas também a valorização e preservação da identidade do lugar onde elas vivem.

Entendimento semiótico

Os conjuntos de circunstâncias e experiências do cotidiano das mulheres do MAB podem ser conceituados como “campos de interação”, para usar um termo desenvolvido por Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu, os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de

¹⁶ CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

recursos disponíveis. Em alguns casos, estas posições, quando institucionalizadas, (...) podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais.¹⁷

De acordo com Jacques Fontanille, um “lugar enunciado”, onde tudo se ordena a partir dos discursos dos envolvidos, numa instância discursiva.

Tudo se ordena em torno da posição da instância do discurso (...). Tanto para o enunciatário como para o enunciatador, não se trata mais de fazer circular mensagens, mas de situar-se em relação aos discursos para construir sua significação.¹⁸

É possível encontrar no argumento da *psicoesfera*, de Milton Santos, os sentidos que sublinham essas experiências dos sujeitos – mulheres do MAB - na relação com o espaço sociocultural de Rondônia. De acordo com Santos: “A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo”.¹⁹

Todavia, dado o caráter programático dos discursos manipulatórios desempenhados e/ou realizados pelos grandes empreendimentos que se instalaram em Rondônia - as Usinas Santo Antonio e Jirau, e em face das relações econômicas e de desenvolvimento que eles defendem para o estado de Rondônia; a relação de poder previsto no modelo de sociedade patriarcal e misógino, e os outros conflitos; é importante destacar que a psicoesfera feminina – ou das mulheres do MAB – sofreu impactos.

Para Zuin, a Semiótica Discursiva denomina manipulador aquele cujo programa de ação consiste na doação ou atribuição de determinadas competências ao sujeito, e chama de programa de manipulação esse programa de ação.

Manipular significa, na terminologia da Semiótica Discursiva, a instauração de um *querer* e/ou de um *dever* no destinatário de um discurso, para que este se assuma como sujeito apto a realizar uma *performance* pretendida pelo destinador-manipulador.²⁰

¹⁷ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998, p. 21.

¹⁸ FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do Discurso*. Tradução Jean Cristtus Portela. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p. 260.

¹⁹ SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 20.

²⁰ ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. *Semiótica e Política: a educação como mediação*. Curitiba: Appris, 2015, p. 151.

Nos dizeres de Cavalcante, Nunes, Costa Silva, Lobato, uma Nova Geografia também é válida para os estudos da região Amazônia e no nosso caso sobre as mulheres do MAB e o Projeto de Energia Popular.

Conclusão

Não é possível desconsiderar, portanto, que qualquer que seja a formulação, existem essas diferentes relações sociais e a articulação dos discursos manipulatórios e atuações em torno dela são parte da estratégia de legitimação de certos contextos ativistas como representantes da sociedade, em torno de ‘bandeiras de lutas’, nesse caso ‘Água e energia não são mercadoria’. Assim, esses discursos periféricos devem ser vistos e pensados como novos sujeitos políticos que publicitam discursos, demandas e práticas coletivas que estão relacionadas às esferas de produção, circulação e consumo cultural.

As mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB constituem uma dessas forças políticas no interior do movimento, ao mesmo tempo em que produz com suas características particulares os mapas socioculturais do lugar, reproduz o espaço de participação política do movimento feminino em Rondônia, defendendo o Projeto Energia Popular, a marca e os signos do projeto: “Água e Energia não são mercadorias”!

Sua presença nas decisões políticas, em vista do Projeto Energia Popular, evidencia as questões de gênero de modo particular em Rondônia, dentre elas: a disputa pelos espaços de participação com os homens do movimento; o antagonismo de posições, poder e interesses da mulher *versus* homem em defesa do projeto defendido pelo movimento; a condição de submissão das mulheres para a manutenção da vida familiar; e o impedimento delas à constituição dos próprios espaços de vivência social e política.

Referências

BUTLER, J. El género en disputa. Ediciones Paidós Ibérica: Barcelona, 1990.

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GÓES, Kelyany; SCHAEFER, Ana Paula e GEMAQUE, Raimunda. Geografia e gênero: políticas públicas para as mulheres rurais no assentamento Joana d'Arc III – Porto Velho/RO. DOI: 10.5212/Terra Plural, v. 9, n. Especial, 2015.

LEÓN, M. *El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género*. La ventana, (13), 94-106, 2001. Disponível em: <http://publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventana/Ventana13/vetana13-4.pdf>. Acesso em 10 jan 2017.

ONU. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em 10 jan 2017.

Organização das Nações Unidas – ONU. *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>. Acesso em 15 jan 2017.

MAB. Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB. Publicado em sex, 08/04/2011 – 10h46min. Texto lido durante ato de encerramento do 1º encontro das mulheres atingidas por barragens, no parque da cidade, em Brasília. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>. Acesso em 15 jan 2017.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2009, p. 29.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. O modelo energético brasileiro e a violação dos direitos das mulheres. 1. Energia para quê e para quem?. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/mulheres-atingidas>. Acesso em 28 jan 2017.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. *Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional*. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>. Acesso em 20 jan 2017.

NEMGE/USP. Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência – Guia Prático para Educadores e Educadoras. São Paulo: NEMGE/CNPQ, 2ª edição, revista e ampliada. TecArt Editora, 2006.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; JÚNIOR, Alides Baptista Chimin (org.). Geografias Feministas e das sexualidades: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. *Semiótica e Política: a educação como mediação*. Curitiba: Appris, 2015, p. 151.